

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à alta deliberação dessa nobre Assembléia, o incluso projeto de lei complementar, que institui Gratificação de Suporte às Atividades Escolares para os servidores que especifica e dá providências correlatas.

Na forma da proposta, tal gratificação será concedida aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação, em exercício, à razão de R\$ 60,00 (sessenta reais), para os servidores em jornada de 40 horas semanais, e de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para os servidores em jornada de 30 horas semanais.

Com a presente medida pretende o Governo atender, no limite máximo das possibilidades financeiras que oferece o Erário, os reclamos dos servidores da área da educação, de molde a incrementar o apoio às atividades escolares, sem que venham a ser afetados os demais setores públicos onde a atuação do Estado precisa ser mantida e assegurada em sua plenitude.

Assim justificada a proposta, e solicitando, em razão da natureza da medida, que se dê regime de urgência a sua tramitação, com esteio no artigo 26 da Constituição do Estado, submeto o assunto ao exame dessa egrégia Casa Legislativa.

SERVIÇO DE REGISTRO E





GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO



- 2 -

Reitero, na oportunidade, os protestos do meu elevado apreço e consideração.

> Mário Covas GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Vanderlei Macris, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.



GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO



Lei Complementar n°

, de de

de 2000

Institui Gratificação de Suporte às Atividades Escolares — GSAE para os servidores que específica, e dá providências correlatas

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

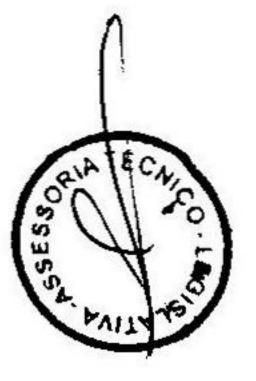
Artigo 1º - Fica instituída Gratificação de Suporte às Atividades Escolares- GSAE para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação, em efetivo exercício, na seguinte conformidade:

I – R\$ 60,00 (sessenta reais), para os servidores em jornada de 40 (quarenta) horas semanais;

II – R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para os servidores em jornada de 30 (trinta) horas semanais.

Artigo 2º - A Gratificação de Suporte às Atividades Escolares - GSAE não se incorporará aos vencimentos para nenhum efeito, bem como não será considerada para cálculo de quaisquer vantagens pecuniárias, exceto no cômputo do décimo terceiro salário, nos termos do § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 644, de 26 de dezembro de 1989, das férias e do acréscimo de 1/3 (um terço) de férias.

Artigo 3º - Sobre o valor da Gratificação de Suporte às Atividades Escolares - GSAE incidirão os descontos previdenciários e de assistência médica devidos.





GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO FLG. Nº 4

RGI. 4013

PROTOCOLO

LEGISLATIVO

- 2 -

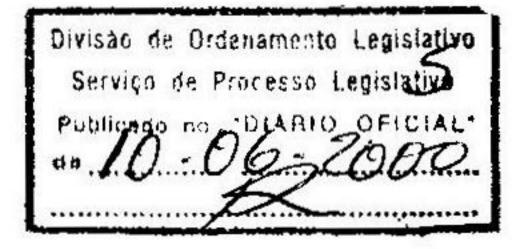
Artigo 4° - As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar serão cobertas com as dotações próprias do orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, para o corrente exercício, créditos suplementares até o limite de R\$ 22.440.000,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e quarenta mil reais), mediante a utilização de recursos nos termos do § 1° do artigo 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 5º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao 1º dia do mês em que houver sido aprovada.

Palácio dos Bandeirantes, aos de 2000.

de

Mário Covas



PROTOCOLO, LEGISLATIVO

LEI COMPLEMENTAR N.º 644, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1989

Dispoe sobre o pagamento do décimo terceiro salário aos servidores públicos do Estado e da providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1.º - O décimo terceiro salário de que trata o artigo 39. § 2.º, combinado com o artigo 7.º, inciso VIII da Constituição Federal, será pago anualmente, em dezembro, a todos os servidores públicos civis e militares do Estado, devendo ser calculado com base na remuneração integral ou no valor dos proventos de aposentadoria ou reforma a que fizerem jus naquele mês.

§ 1. - Para os fins desta lei complementar, entende-se por remuneração integral a soma de todos os valores percebidos pelo servidor em carácer permanente, compreendendo: 1. vencimento, remuneração, salário ou proventos;

- 2. adicional por tempo de serviço;
- 3. sexta-parte;
- 4. gratificações incorporadas;
- 3. vantagem de Lei de Guerra;
- 6. gratificação pela sujeição ao Regime Especial de Trabalho Policial;
- 7. indenização pela sujeição 20 Regime Especial de Trabalbo Policial Militar; 8. quotas fixas de que trata o inciso I do artigo 5.º da Lei
- Complementar n. . 567, de 20 de julho de 1988; 9. vantagem pessoal percebida a qualquer título; e 10. outras vantagens incorporadas.

LIEI № 4.320, DIE 17 DIE MARÇO DIE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orgamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.



TÍTULO V

DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e serà precedida de exposição justificativa.

§ 12 - Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

1 - o superárit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

11 - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial qu total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; e

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao l'oder Executivo realizá-las.

Folha 7
Proc. 4253

Nos termos do ítem 1, parágrafo único do artigo 148, da IX Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta no dia correspondente à 89^a Sessão Ordinária (de 13/06/00), tendo recebido 6 emendas que seguem juntadas às fls. de nº 8 a 13.

DOL, 13/06/00